



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro

LEI Nº 4.020, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um **Crédito Adicional Especial**, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando **a investimentos de infraestrutura no Município através dos Recursos da Cessão Onerosa dos Royalties**, conforme descrito a seguir:

Unidade Orçamentária:

02.07 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural

Função:

15 – Urbanismo

Subfunção:

452 – Serviços Urbanos

Programa:

0001 – Apoio Administrativo

Ação:

2.017 – Manutenção e Operacionalização da Secretaria Mun. de Obras e Infraestrutura Urbana

Fonte de Recursos: 055 – Cessão Onerosa - Royalties

Produto:

Investimentos de infraestrutura no Município através do Recursos da Cessão Onerosa dos Royalties.

Metas Físicas:

01 unidade

Valor:

R\$ 1.159.494,22 (um milhão cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária – *Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural* enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º.

Art. 3º - A fonte de recurso para o referido Crédito Adicional Especial depositado pela Agencia Nacional de Petróleo - ANP e o Município de Santo Antônio de Pádua no valor R\$ 1.159.494,22 (um milhão cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) e em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro

Art. 4º - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial classificado no art. 3º referente à Contrapartida do Município ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados à Lei Municipal nº 3.987, de 13 de novembro de 2019 que dispõe sobre o Plano Plurianual- 2020 e 2021; Lei Municipal nº 3.948, de 13 de maio de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração orçamentária de 2020; e Lei Municipal nº 3.998, de 11 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2020.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 08 de Abril de 2020.

Josias Quintal de Oliveira
Prefeito